BOLETIM DA GREVE DOS PROFESSORES DA UFMG

COMISSÃO DE IMPRENSA DO COMANDO DE GREVE/APUBH

Nº 03 **DATA: 20/06/91**

O TOM DO MOVIMENTO

As decisões da Assembléia Geral dos Professores da UFMG do dia 18 de junho (vide deliberações da AG) sinalizam a indignação do professor universitário com sua situação salarial aviltada. O nível de indignação pessoal e coletivo é extremamente alto. A disposição do movimento deve ser considerada em Brasília pelo Comando Nacional de Greve, pelos Reitores que fazem a intermediação entre os movimentos e o Governo, pelos ministros e pelo Congresso.

O sentimento é de que o movimento é forte a nível local e nacional. Com a adesão importante da Faculdade de Direito, a paralisação na UFMG é total. Os docentes não estão dispostos a voltar às aulas sem que a dignidade salarial e profissional do Professor Universitário seja reconquistada. O medo da punição não é um componente inibidor. O comprometimento da subsistência fala mais alto. O descaso do Governo para com a Universidade e os salários dos professores foi longe demais. A sensação é de que tudo pode ser recuperado agora. Voltar às aulas sem ganho substantivo - um piso digno comparável ao profissional de nível superior - impossibilita que se chegue a janeiro.

A Assembléia Geral entende que estratégicamente o movimento docente deve priorizar a luta pelo aumento da Tabela, por ser específica e mais concreta do que o aumento geral e linear para todo o funcionalismo público.

Esta foi a orientação passada ao Comando Local, aos nossos delegados em Brasília, ao Comando Nacional de Greve, aos Reitores e aos nossos negociadores junto ao MEC.

O recado está dado. O tom, registrado. Quem aposta alto tem que bancar!

COMPAREÇA E PARTICIPE DA PRÓXIMA ASSEMBLÉIA GERAL, DIA 21 DE JUNHO, SEXTA-FEIRA, ÀS 14H E 30MIN., NO AUDITÓRIO DA FACULDADE DE DIREITO.

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS PROFESSORES DA UFMG EM 18/06/91

Considerando:

1 - O crescimento da greve de forma forte e com adesão ampla;

2 - a impossibilidade de desvalorizarmos nossas atividades profissionais, tendo como referência a importância, a relevância e a complexidade de nossa profissão e não os salários achatados pela política econômica do governo;

3 - que o governo paga salários superiores àqueles propostos como piso pelo CNG para médicos da Previdência (estes, inclusive, estão em greve), o mesmo acontecendo dentro da própria UFMG, onde constatamos que o Hospital das Clínicas contrata médico plantonista por 20 horas semanais, pagando CR$ 168.000,00;

4 - que as redes públicas, municipais e estaduais, de 1º e 2º graus, reivindicam, a nível nacional, como piso 1 (um) salário mínimo do DIEESE para professor(a) normalista, em 20 horas semanais, sendo que em várias localidades já conseguiram mais do que este piso nacional reivindicado;

5 - que a definição de um piso salarial digno é fundamental e deve garantir uma remuneração adequada aos docentes;

6 - que não podemos apresentar, como resposta, uma proposta que rebaixe nossas reivindicações e se coloque aquém do elevado grau de mobilização até agora conseguido.

Delibera:

a) recusar a indicação do CNG de piso de CR$ 121.111,78 (tab.3.1), com a seguinte votação: contra a proposta: 319, a favor da proposta: 5 e abstenções: 3;

b) reafirmar sua proposta inicial de piso, ou seja o equivalente a 2 (dois) salários mínimos do DIEESE, retroativo a 1º de maio de 1991, no valor total de CR$ 255.366,00, para Auxiliar I, em 20 horas semanais, sobre o qual deverá incidir o reajuste geral e linear para todo o funcionalismo (304 a favor e 15 contra);

c) indicar como índice para o reajuste geral e linear o mínimo de 93,54% referentes ao Plano Collor I, mais 145% referentes à defasagem salarial desde 01/04/90.

INFORMES NACIONAIS

1.1 - 42 Universidades, num total de 51, aderiram à greve;

1.2 - Resultado da reunião entre ANDIFES, ANDES-SN e FASUBRA, em 17 de junho, às 12h 30 min.:

A ANDIFES declarou que: "não substituiu as entidades (ANDES-SN e FASUBRA) nas negociações com o MEC; que apóia a posição destas entidades em relação ao piso e à manutenção do PUCRCE; propõe-se a apresentar posição oficial sobre as tabelas do MEC". Afirmou, ainda, que solicitará apoio às reivindicações das entidades junto à SENESU, em reunião marcada para o dia 17/06 às 19 horas;

1.3 - Resultado da Audiência entre a SENESU, a ANDES-SN e a FASUBRA, ocorrida em 17 de junho, às 17horas:

- A SENESU já fez simulação de proposta de tabela salarial dos docentes, evoluindo a discussão no sentido de manter a estrutura de tabela do PUCRCE e aceitando corrigir as distorções decorrentes de abono concedido em 1988;

- Admite um acréscimo máximo de 30% na despesa com a folha de pagamento de pessoal;

- Propõe igualar o teto dos técnico-adminsitrativos a 83% do Titular Doutor em 40 horas; isto significa um piso salarial para Auxiliar I, em 20 horas de CR$ 69.884,52;

- Também constatou as inversões apontadas pelo movimento na proposta de tabela dos técnico-administrativos;

1.4 - O Ministro da Justiça marcou audiência com a Coordenação do Comando de Greve dos Servidores Públicos Federais, inclusive com a ANDES-SN e a FASUBRA, para 18 de junho, às 11 horas.

A HORA É DE LUTA: PARTICIPE!

Como temos constatado, nossas Assembléias Gerais permanecem bastante concorridas e ricas em discussões. Em nosso Comando Local, a participação, também, tem sido numerosa e crescente. Entretanto, as Comissões continuam carecendo de maiores contribuições e adesões mais diversificadas: o ideal é que elas possam contar com professores do maior número possível de Unidades. Só assim elas podem alimentar o Comando Local, as Assembléias Gerais e, sobretudo, o Comando Nacional de Greve, em Brasília.

A presença e a participação permanente nas Comissões e no Comando têm, ainda, o papel de ajudar a informar, mais e melhor, o conjunto da Comunidade da UFMG sobre o andamento das negociações, da mobilização, da realização de eventos e das preocupações gerais da categoria, durante a greve.

Se ficarmos acomodados e omissos neste momento da luta, será difícil garantir a dignidade salarial que reivindicamos.

Em tempo: a Comissão de Atividades está tendo que "filtrar" eventos - mesmo aqueles considerados importantes - por falta de recursos humanos e tempo hábil para promovê-los eficaz e organizadamente.

COMISSÃO INTERNA DE NEGOCIAÇÃO

Questões e propostas polêmicas tais como as do ponto, de reposição de aulas, de adiamento do semestre, de tratamento dos formandos e dos professores substitutos devem ser inicialmente discutidas nas Unidades e trazidas à Comissão de Negociação para serem encaminhadas.

"UNIVERSIDADE PÚBLICA: BALANÇO CRÍTICO E PERSPECTIVAS"

O título acima é o tema da Sessão Plenária Especial em Defesa da Universidade Pública que será promovida pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, nesta quinta-feira, 20 de junho, às 9 horas, no plenário daquela casa.

O evento representa o reconhecimento da importância e o apoio, por parte dos parlamentares, à luta em defesa da Universidade Pública e da dignidade salarial de seus servidores docentes e técnico-administrativos.

Participarão desta sessão, além dos Deputados Estaduais, representantes dos Comandos de Greve dos Professores e Funcionários da UFMG, dos Comandos Nacionais, a Reitora da UFMG e outras personalidades políticas e sindicais. Participe, também, deste ato.

REVISTA CAMINHOS Nº 3

O Movimento Docente não faz apenas greve. Faz revista. A APUBH, com o lançamento da revista Caminhos nº 3, propicia uma oportuna reflexão sobre a Universidade nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação. É A UFMG EM REVISTA.

A experiência do Ciclo Básico começa a ser repensada pelo ICB. A oposição licenciatura X bacharelado nos cursos de formação de professores, velho problema não resolvido, é novamente colocada na busca de novas soluções. Há uma radiografia da pós-graduação, na área de Humanas, e da pesquisa em uma área de ponta, a biotecnologia.

Dois artigos críticos tratam da "Proposta do MEC para o Ensino Superior" e apontam a LDB como a opção mais adequada para a Educação brasileira.

A entrevista surpresa é com Christovan Buarque, ex-Reitor da UnB.

Com a Revista, a APUBH resgata um dos objetivos que motivaram sua fundação - pensar a Universidade. Caminhos é um espaço desta utopia. O lugar do sonho.

O seu lançamento será na Casa dos Contos, no dia 25/06/91, a partir das 19 horas, com coquetel, vinho e muita alegria. Greve é encontro e congraçamento. Vale conferir!

CICLO DE DEBATES SOBRE A ESCOLA PÚBLICA

O Comando de Greve dos Professores da UFMG, a ASSUFEMG, o DCE, a APPMG e a APC/SIND-UTE promoverão semanalmente, todas as quintas-feiras, às 19 horas, no auditório da Faculdade de Direito, DEBATES SOBRE A ESCOLA PÚBLICA.

Estes debates têm o objetivo de discutir as ameaças que pairam sobre a Educação Pública Brasileira em todos os níveis. Pretende-se denunciar, através deles, ao maior número possível de organizações da sociedade civil o descompromisso dos governos estaduais, municipais e Federal para com a manutenção e desenvolvimento do ensino no país.

Pretende-se, ainda, envolver estes setores na defesa da Escola Pública, de modo a atingir o objetivo maior deste ciclo de debates: torna-se a âncora para a constituição de um Fórum Permanente em Defesa da Escola Pública em Minas Gerais. Participe.

O primeiro debate terá como tema "Educação, Ciência, Tecnologia e Poder" e a participação, entre outros, do Prof. Roberto Romano. Este evento ocorrerá no dia 27 de junho no local e horário acima mencionados. Outros temas serão: "Escola, Desenvolvimento, Democracia e Cidadania", "Sociedade, Educador e Educando" e "A Ameaça da Privatização".